



**SIMULADO
FINAL**

SMS BH

**Assistente Social
Pós-Edital**

ESTRATEGIA SAÚDE

Simulado

Simulado Final SMS BH (Assistente Social)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **SMS BH**, cargo de **Assistente Social**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/useBDhAWo4Z719n88>

01 - (A B C D E)	13 - (A B C D E)	25 - (A B C D E)	37 - (A B C D E)	49 - (A B C D E)
02 - (A B C D E)	14 - (A B C D E)	26 - (A B C D E)	38 - (A B C D E)	50 - (A B C D E)
03 - (A B C D E)	15 - (A B C D E)	27 - (A B C D E)	39 - (A B C D E)	51 - (A B C D E)
04 - (A B C D E)	16 - (A B C D E)	28 - (A B C D E)	40 - (A B C D E)	52 - (A B C D E)
05 - (A B C D E)	17 - (A B C D E)	29 - (A B C D E)	41 - (A B C D E)	53 - (A B C D E)
06 - (A B C D E)	18 - (A B C D E)	30 - (A B C D E)	42 - (A B C D E)	54 - (A B C D E)
07 - (A B C D E)	19 - (A B C D E)	31 - (A B C D E)	43 - (A B C D E)	55 - (A B C D E)
08 - (A B C D E)	20 - (A B C D E)	32 - (A B C D E)	44 - (A B C D E)	56 - (A B C D E)
09 - (A B C D E)	21 - (A B C D E)	33 - (A B C D E)	45 - (A B C D E)	57 - (A B C D E)
10 - (A B C D E)	22 - (A B C D E)	34 - (A B C D E)	46 - (A B C D E)	58 - (A B C D E)
11 - (A B C D E)	23 - (A B C D E)	35 - (A B C D E)	47 - (A B C D E)	59 - (A B C D E)
12 - (A B C D E)	24 - (A B C D E)	36 - (A B C D E)	48 - (A B C D E)	60 - (A B C D E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/VEAV>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LEGISLAÇÃO MUNICIPAL***Tiago Zanolla*

11. Camila, servidora efetiva da Prefeitura de Belo Horizonte, foi demitida após processo administrativo disciplinar. Dois anos depois, o Judiciário anulou a penalidade por vício formal. O cargo que ocupava foi transformado em decorrência de reestruturação administrativa. Com base no Estatuto dos Servidores de BH, é correto afirmar que Camila deverá ser:

- a) Reintegrada ao novo cargo transformado, com ressarcimento de direitos.
- b) Reaproveitada em outro cargo, por não existir mais o cargo original.
- c) Reconduzida ao novo cargo mediante novo concurso.
- d) Readaptada, em razão da transformação da estrutura da Prefeitura.

12. Antônio, aposentado por invalidez em virtude de moléstia física, foi submetido a nova junta médica oficial que concluiu estar plenamente apto ao exercício do cargo anteriormente ocupado. À luz do Estatuto dos Servidores de BH, a forma de provimento que permitirá seu retorno é:

- a) Reintegração.
- b) Readaptação.
- c) Reversão.
- d) Aproveitamento.

13. Durante inspeção de rotina, identificou-se que a nomeação de um servidor comissionado havia ocorrido sem qualquer publicação oficial ou assinatura de termo. Com base no Estatuto dos Servidores de BH, é correto afirmar que:

- a) A nomeação é válida desde que o servidor já esteja no exercício do cargo.

b) A posse prescinde de termo escrito quando se tratar de cargo comissionado.

c) A investidura depende da assinatura do termo de posse pela autoridade competente e pelo empossado.

d) O exercício pode preceder a posse, desde que autorizado pelo superior hierárquico.

14. Jonas, servidor efetivo do Município de Belo Horizonte, encontra-se em gozo de licença para tratar de interesse particular. Durante esse período, foi convocado para prestar serviços em outro órgão público municipal, com remuneração. Com base no Estatuto dos Servidores Municipais, é correto afirmar:

- a) Jonas poderá assumir as novas funções, desde que não ultrapasse a carga horária de 40 horas semanais.
- b) A acumulação de vínculos é permitida nos casos de licença por interesse particular, sem necessidade de autorização.
- c) A licença será automaticamente cancelada se Jonas assumir função remunerada no âmbito do Município.
- d) Jonas poderá exercer função remunerada em outro órgão público municipal, desde que haja compatibilidade de horários.

15. Livia, servidora da PBH, deseja utilizar os 3 meses de licença-prêmio por assiduidade adquiridos após 5 anos de efetivo exercício. Porém, a chefia imediata informa que não há previsão de gozo naquele momento, em razão de reestruturação da equipe. Sobre o caso, à luz do Estatuto:

- a) A Administração pode negar o gozo da licença, desde que ofereça indenização em pecúnia.
- b) A servidora perde o direito à licença caso não a usufrua até 6 meses após a aquisição do direito.
- c) A Administração pode adiar o gozo, mas o direito subsiste por até 5 anos a contar do requerimento.
- d) A licença deve ser gozada imediatamente após sua aquisição, salvo renúncia expressa do servidor.

16. Sérgio é servidor estável da PBH e, nos últimos 5 anos, acumulou faltas injustificadas em 12 dias distintos. Ele pretende solicitar sua progressão profissional por merecimento. Com base no Estatuto, a situação de Sérgio:

- a) Permite a progressão, pois apenas faltas consecutivas são impedimento legal.
- b) Impede a progressão, pois ultrapassou o limite de 5 faltas injustificadas anuais.
- c) Permite a progressão, desde que a avaliação de desempenho compense as faltas.
- d) Impede a progressão apenas se as faltas forem motivadas por greve declarada ilegal.

17. Rodrigo, servidor da PBH, foi penalizado com demissão em decisão administrativa publicada no DOM. Sem interpor recurso, ingressou posteriormente com pedido de revisão disciplinar, alegando surgimento de nova prova documental. À luz do Estatuto, tal pedido:

- a) É incabível, pois não houve interposição de recurso no momento oportuno.
- b) É admissível, desde que fundado em fatos novos ou prova nova, sendo decidido pelo prefeito após parecer opinativo da Turma Recursal.

- c) Depende de autorização da CTGM para ser admitido, e tem efeito meramente informativo.
- d) Só poderá ser conhecido se estiver lastreado em nulidade absoluta do processo original.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO – 1990: TÍTULO I; TÍTULO II; TÍTULO III/CAPÍTULO I, II, IV E V; TÍTULO IV/CAPÍTULO II (SEÇÃO I, II, IV)

Rodrigo Bet

18. Com base no Art. 25 da Lei Orgânica de BH, analise os itens a seguir:

- I) A criação de autarquia ou fundação pública no Município de Belo Horizonte depende de lei.
- II) O Município pode instituir fundação com natureza jurídica de direito privado, desde que prevista em lei.
- III) É vedado delegar ao Poder Executivo a competência para extinguir empresa pública que integre sua administração indireta.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente o item I está correto.
- b) Somente os itens I e II estão corretos.
- c) Somente os itens I e III estão corretos.
- d) Somente os itens II e III estão corretos.

19. Nos exatos termos do art. 15 da Lei Orgânica de BH, a atividade de administração pública dos Poderes do Município e a de entidade descentralizada obedecerão aos seguintes princípios, exceto:

- a) Legalidade
- b) Impessoalidade
- c) Publicidade
- d) Eficiência

20. Com base no art. 112 da Lei Orgânica de BH, analise os itens a seguir sobre Secretários Municipais:

- I) A idade mínima para ser Secretário Municipal é de 18 anos.
- II) Deve ser brasileiro nato, vedado que seja naturalizado.
- III) Após a posse o Secretário está sujeito aos mesmos impedimentos do Vereador.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente o item I está correto.
- b) Somente os itens I e II estão corretos.
- c) Somente os itens I e III estão corretos.
- d) Somente o item III está correto.

SAÚDE PÚBLICA 1 (PNH, 8080, 8142 E PNAB)

Breno Caldas

21. Com base nos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelecido na Lei Federal nº 8.080/1990, assinale a alternativa que apresenta corretamente um desses princípios.

- a) Identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde.
- b) Assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.
- c) Conjuração dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde da população.
- d) Definição das instâncias e mecanismos de controle, avaliação e de fiscalização das ações e serviços de saúde.

22. De acordo com o que dispõe a Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990), é competência da direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS):

- a) Planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde.
- b) Participar da execução, controle e avaliação das ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho
- c) Controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde
- d) Normatizar complementarmente as ações e serviços públicos de saúde no seu âmbito de atuação

23. Com base na Lei nº 8.080/1990, conhecida como Lei Orgânica da Saúde, assinale a alternativa correta.

- a) Os serviços privados de assistência à saúde caracterizam-se pela atuação, por iniciativa própria, de profissionais liberais, legalmente habilitados, e de pessoas jurídicas de direito público na promoção, proteção e recuperação da saúde.
- b) Quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o Sistema Único de Saúde (SUS) deverá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada.
- c) Em consultas, exames e procedimentos realizados em unidades de saúde públicas ou privadas, toda mulher tem o direito de fazer-se acompanhar por pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, independentemente de notificação prévia.
- d) Os cargos e funções de chefia, direção e assessoramento, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), só poderão ser exercidas em regime de dedicação exclusiva.

24. À luz do que estabelece a Lei Federal nº 8.142/1990, assinale a alternativa correta.

- a) As Conferências de Saúde e os Conselhos de Saúde terão suas normas e sua organização de funcionamento definidas por Decreto a ser expedido pelo Ministro da Saúde.
- b) Os recursos do Fundo Nacional de Saúde serão destinados em 60% (sessenta por cento) aos Municípios, e o restante dividido entre os Estados e o Distrito Federal.
- c) A cobertura das ações e serviços de saúde, a ser implementada pelos Municípios, Estados e Distrito Federal, destinará seus recursos, entre outras, à cobertura assistencial ambulatorial e hospitalar.
- d) Os recursos do Fundo Nacional de Saúde serão alocados como investimentos previstos no Plano anual do Ministério da Saúde.

25. A Política Nacional de Humanização (PNH) destaca a importância de fortalecer a interação entre as pessoas, valorizando os processos subjetivos presentes em todos os serviços de saúde. Assinale a alternativa que descreve um dos princípios da PNH.

- a) Colegiado Gestor.
- b) Gestão Participativa e cogestão.
- c) Acolhimento com Classificação de Riscos.
- d) Protagonismo, corresponsabilidade e autonomia dos sujeitos e coletivos.

26. A Portaria nº 2.436/2017 institui a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), atualizando as diretrizes para a organização da Atenção Básica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Com base nessa portaria, assinale a alternativa correta."

- a) Caberá a cada gestor municipal realizar análise de demanda do território e ofertas das UBS para mensurar sua capacidade resolutiva, adotando as medidas necessárias para ampliar o acesso, a qualidade e resolutividade das equipes e serviços da sua UBS.
- b) Para equipe de Saúde da Família, há a obrigatoriedade de carga horária de 30 (trinta) horas semanais para todos os profissionais de saúde membros da ESF. Dessa forma, os profissionais da ESF poderão estar vinculados a apenas 1 (uma) equipe de Saúde da Família, no SCNES vigente.
- c) A Equipe de Saúde da Família Ribeirinha (ESFR) constitui uma equipe multiprofissional e interdisciplinar composta por categorias de profissionais da saúde, complementar às equipes que atuam na Atenção Básica.
- d) Em áreas de grande dispersão territorial, áreas de risco e vulnerabilidade social, recomenda-se a cobertura de 100% da população com número máximo de 750 famílias por ACS.

SAÚDE PÚBLICA 2 (PROMOÇÃO DA SAÚDE E MODELOS ASSISTENCIAIS, FINANCIAMENTO SUS E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE EM BELO HORIZONTE)*Lígia Carvalho*

27. Na década de 70, foram estabelecidos, por Leavell & Clark (1976), três níveis de prevenção que inter-relacionam atividade médica e saúde pública. Acerca desses, assinale a alternativa incorreta:

- a) Prevenção primária é a ação tomada para remover causas e fatores de risco de um problema de saúde individual ou populacional antes do desenvolvimento de uma condição clínica. Inclui promoção da saúde e proteção específica (ex.: imunização, orientação de atividade física para diminuir chance de desenvolvimento de obesidade).
- b) Prevenção secundária é a ação realizada para evitar que sequelas se instalem no indivíduo, bem como evita que o paciente sofra latrografia, sendo esta os efeitos adversos ou prejudiciais à saúde do paciente, causados por ações ou tratamentos realizados por profissionais de saúde, seja por erro, negligência ou falha técnica.
- c) Prevenção terciária é a ação implementada para reduzir em um indivíduo ou população os prejuízos funcionais consequentes de um problema agudo ou crônico, incluindo reabilitação (ex.: prevenir complicações do diabetes, reabilitar paciente pós-infarto – IAM ou acidente vascular cerebral).
- d) Prevenção quaternária é a detecção de indivíduos em risco de intervenções, diagnósticas e/ou terapêuticas, excessivas para protegê-los de novas intervenções médicas inapropriadas e sugerir-lhes alternativas eticamente aceitáveis.

28. O Modelo Biomédico é uma das abordagens mais tradicionais e historicamente dominantes na medicina ocidental. Ele se baseia em uma concepção de saúde e doença que foca primariamente nos aspectos biológicos e físicos do corpo humano. Não faz parte de suas principais características:

- a) Visão Reducionista e Mecanicista
- b) Foco na Doença e no Agente Causal
- c) Centralidade na Figura do Médico e do Hospital
- d) Ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças e agravos.

29. Conforme a Lei 8080/90, os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS) serão depositados em conta especial, em cada esfera de sua atuação. Indique quem é o responsável pela fiscalização da movimentação de tais contas.

- a) Conselhos de Saúde
- b) Ministério da Saúde
- c) Conferência de Saúde
- d) Secretaria Municipal de Saúde

30. Determinantes sociais de saúde são fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e, também, comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população. Conforme o modelo de Dahlgren e Whitehead, a camada de “condições de vida e trabalho”:

- a) é caracterizada pelos indivíduos estarem na base do modelo, com suas características individuais de idade, sexo e fatores genéticos que, evidentemente, exercem influência sobre seu potencial e suas condições de saúde.
- b) está situada no limiar entre os fatores individuais e os determinantes sociais da saúde e estão fortemente condicionados por determinantes sociais.
- c) está representada por fatores relacionados a condições de vida e de trabalho, disponibilidade de alimentos e acesso a ambientes e serviços essenciais, como saúde e educação.
- d) expressa o nível de coesão social que é de fundamental importância para a saúde da sociedade como um todo.

31. A prefeitura de Belo Horizonte oferta teleconsultas para atender pessoas com queixas clínicas leves, como sintomas de doenças respiratórias e de arboviroses (dengue, zika e chikungunya), diarreias e dores de cabeça. Tais serviços estão de acordo com a modalidade de TELESSAÚDE contida na Lei 8080/90 e tem por princípios, exceto:

- a) autonomia do profissional de saúde
- b) consentimento livre e informado do paciente
- c) obrigatoriedade do aceite quanto ao atendimento na modalidade telessaúde
- d) dignidade e valorização do profissional de saúde.

32. No contexto da História Natural da Doença, o período pré-patogênico inclui os condicionantes sociais e ambientais e os próprios fatores do hospedeiro, até que se chegue a uma configuração favorável à instalação da doença, ou seja, os eventos que ocorrem em época anterior à resposta biológica inicial do organismo. São itens deste período:

- a) fatores familiares, sintomas típicos e do ambiente.
- b) fatores individuais, coletivos e de transmissibilidade.
- c) fatores do hospedeiro, sintomas típicos e individuais.
- d) fatores do hospedeiro, do agente e do ambiente.

SAÚDE PÚBLICA 3 (IMUNIZAÇÃO, VIGILÂNCIA EM SAÚDE E NOTIFICAÇÃO)

Thaysa Vianna

33. De acordo com a instrução normativa 2025, marque a alternativa correta sobre a vacinação contra o HPV.

- a) Deve ser administrada em dose única para meninos e meninas entre 9 e 14 anos.
- b) Deve ser feita em duas doses, para meninos e meninas entre 9 e 14 anos.

c) Portadores de Papilomatose Respiratória Recorrente devem receber 3 doses a partir dos 9 anos de idade.

d) Vítimas de violência sexual entre 9 e 14 anos devem receber 3 doses da vacina.

34. A notificação compulsória é a comunicação obrigatória de casos de doenças ou agravos de saúde pública às autoridades sanitárias. Sobre esse assunto, marque a alternativa INCORRETA.

- a) Hepatites virais devem ser notificadas semanalmente.
- b) Profissionais que atuam em unidades de saúde devem notificar obrigatoriamente.
- c) A notificação imediata é aquela realizada no máximo em 24 horas a partir do conhecimento da doença ou agravo.
- d) Violência sexual deve ser notificada imediatamente.

35. Sobre as responsabilidades das esferas de governo no Programa Nacional de Imunização, marque a alternativa que corresponde à esfera Federal.

- a) A coordenação e a execução das ações de vacinação integrantes do PNI, incluindo a vacinação de rotina, as estratégias especiais (como campanhas e vacinações de bloqueio) e a notificação e investigação de eventos adversos e óbitos temporalmente associados à vacinação.
- b) O provimento de seringas e agulhas.
- c) O provimento dos imunobiológicos definidos pelo PNI.
- d) A gestão do sistema de informação do PNI, incluindo a coleta, o processamento, a consolidação e a avaliação da qualidade dos dados provenientes das unidades notificantes, bem como a transferência dos dados em conformidade com os prazos e fluxos estabelecidos nos âmbitos nacional e estadual e a retroalimentação das informações às unidades notificadoras.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS 1***Nilza Ciciliati*

36. De acordo com o Código Profissional de Ética dos Assistentes Sociais, em seu artigo 3º., é dever do Assistente Social:

- I. livre exercício das atividades inerentes à Profissão.
- II. participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.
- III. desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional.
- IV. desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II apenas
- b) I e III apenas
- c) III e IV apenas
- d) II e IV apenas

37. De acordo com o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, no que se refere às relações do profissional com as instituições empregadoras, constituem direitos dos assistentes sociais, EXCETO:

- a) denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes deste Código, mobilizando, inclusive, o Conselho Regional, caso se faça necessário.
- b) ter livre acesso à população usuária.
- c) dispor de condições de trabalho condignas, seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional.
- d) ter acesso a informações institucionais que se relacionem aos programas e políticas sociais e sejam necessárias ao pleno exercício das atribuições profissionais.

38. A política de Saúde no Brasil foi regulamentada por meio da lei 8.080/90. Outra legislação igualmente importante a lei de número 8.142/90 foi promulgada visando regulamentar a participação da população na gestão da política social de Saúde. Referente a essas legislações, julgue os itens a seguir:

- I. O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso seletivo às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.
- II. Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.
- III. O Sistema Único de Saúde (SUS) constitui um conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público.
- IV. O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems) terão representação no Conselho Nacional de Saúde.

Estão corretos:

- a) I e II apenas
- b) I, II e III apenas
- c) III e IV apenas
- d) II, III e IV apenas

39. O Projeto de Reforma Sanitária surge a partir dos movimentos populares e de trabalhadores da saúde em busca de um modelo de saúde universal. A 8ª Conferência Nacional de Saúde, ocorrida em 1986, entrou para a história como um dos momentos cruciais da luta pela universalização da saúde no Brasil. O Projeto de Reforma Sanitária visava, EXCETO:

- a) a democratização do acesso.
- b) a universalização das ações
- c) a democratização das informações e transparência no uso de recursos e ações do governo
- d) a melhoria da qualidade dos serviços, com a adoção de um novo modelo assistencial pautado na seletividade e equidade das ações

40. Os Programas de Transferência de Renda (PTR) fazem parte do sistema de proteção social brasileiro e são aqueles destinados a realizar uma transferência monetária a indivíduos ou famílias e têm como principal objetivo combater a pobreza e reduzir as desigualdades sociais. Um dos principais programas de transferência de renda do Governo Federal é o Programa Bolsa Família (PBF). A respeito desse assunto, assinale a alternativa correta:

- a) Para receber o Bolsa Família, a principal regra é ter a renda mensal por pessoa de até R\$ 150.
- b) Para fins de cálculo da renda familiar mensal, alguns rendimentos não serão computados, como benefício de prestação continuada (BPC) recebido por quaisquer dos integrantes da família.
- c) A Lei determina que o pagamento do benefício do Bolsa Família será feito ao responsável familiar, de acordo com os dados constantes da inscrição da família no CadÚnico; e preferencialmente, à mulher.
- d) Na área da saúde, uma das condicionalidades para recebimento do Bolsa Família é o cumprimento do calendário de vacinação e realização de acompanhamento do estado nutricional para as crianças menores de 12 anos.

41. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, mais conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, foi instituída para assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificado pelo Brasil em 2008, e traz o conceito de pessoa com deficiência, entendida como

- a) aquela que apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.
- b) aquela que tem impedimento de médio e longo prazo, de natureza física, mental e intelectual, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- c) aquela que tem impedimentos diversos que podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- d) aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

42. A avaliação da deficiência é feita através de um modelo biopsicossocial, que analisa o impedimento de longa duração que a pessoa tem e o que acontece quando se encontra com as barreiras existentes. Essa avaliação é realizada por uma equipe multiprofissional e interdisciplinar e leva em consideração vários fatores, EXCETO:

- a) a restrição socioeconômica e de convivência familiar
- b) os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais
- c) os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo
- d) a restrição de participação

43. Em 2023 foi sancionada a lei nº 14.624, que institui o cordão de fita com desenhos de girassóis como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas. Nesse sentido, é correto afirmar que:

- a) O cordão de fita com desenhos de girassóis como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas passa a ser obrigatório nos estabelecimentos de ensino, para melhor identificação das necessidades dos alunos.
- b) O não uso do cordão pode prejudicar o exercício de direitos e garantias das pessoas com deficiência.
- c) A utilização do símbolo dispensa a apresentação de documento comprobatório da deficiência, caso seja solicitado pelo atendente ou pela autoridade competente.
- d) O uso do símbolo é opcional, e sua ausência não prejudica o exercício de direitos e garantias previstos em lei.

44. As mudanças nas concepções de família ao longo do tempo tiveram impactos significativos na estrutura familiar. A respeito desse assunto, é incorreto afirmar que:

- a) A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) reconhece que não existe família enquanto modelo idealizado, e sim família resultante de uma pluralidade de arranjos e re-arranjos estabelecidos pelos integrantes dessa família.
- b) A NOB/SUAS (2005) conceitua família como núcleo afetivo, vinculada por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, onde os vínculos circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e gênero.
- c) A família é uma instituição contraditória e conflituosa, é heterogênea e não necessariamente harmoniosa; expressa e reproduz relações assimétricas entre gêneros e gerações, em termos de poder, de recursos e de capacidade de negociação.
- d) a família é uma totalidade homogênea, é uma instituição complexa produzida na diversidade das relações e construída dentro da multiplicidade de contextos, num processo dialético.

45. O conceito de família tem evoluído significativamente ao longo do tempo, refletindo as mudanças na sociedade e nas relações humanas. O conceito moderno que se refere à família que busca a felicidade e realização plena de seus membros, caracterizando-se pela comunhão de afeto recíproco, a consideração e o respeito mútuos entre os membros que a compõem, independente do vínculo biológico, é denominada como

- a) Família socioafetiva
- b) Família anaparental
- c) Família pluriparental
- d) Família eudemonista

46. A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos. A Lei Maria da Penha dispõe que violência doméstica e familiar contra a mulher é qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

- a) no âmbito da unidade doméstica, entendido como espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, exceto as esporadicamente agregadas
- b) no âmbito da família, entendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais ou consanguíneos.
- c) em qualquer relação íntima de afeto – onde o agressor conviva ou tenha convivido com a mulher, independentemente de coabitação.
- d) nas relações íntimas de afeto – onde o agressor esteja convivendo com a mulher, em regime de coabitação.

47. A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada com outras normas e políticas de proteção e compreenderá o acesso aos benefícios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo

- a) a contracepção de emergência, profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e outros procedimentos médicos necessários e cabíveis nos casos de violência sexual.
- b) a profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e exame de corpo de delito.
- c) a contracepção de emergência e exame de corpo de delito.
- d) o encaminhamento à assistência judiciária, quando for o caso, para ajuizamento obrigatório da ação de separação judicial, de divórcio, de anulação de casamento ou de dissolução de união estável perante o juízo competente.

48. A Lei nº 10.471/03 prevê medidas de proteção às Pessoas Idosas nos casos em que seus direitos forem ameaçados ou violados, podendo ser aplicadas as seguintes medidas, exceto:

- a) abrigo temporário.
- b) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a usuários dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, à própria pessoa idosa ou à pessoa de sua convivência que lhe cause perturbação.
- c) requisição para tratamento de sua saúde, em regime ambulatorial, hospitalar ou domiciliar.
- d) encaminhamento à família ou curador, independentemente de termo de responsabilidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS 2

Anna Valéria

49. Berberian (2015) propõe repensar o uso do termo “negligência”, sugerindo outra categoria mais adequada. Qual é esse termo?

- a) Desresponsabilização familiar
- b) Desproteção social
- c) Ineficácia social
- d) Omissão parental

50. A respeito da Política Nacional para a População em Situação de Rua, assinale a alternativa correta:

- a) A Política Nacional para a População em Situação de Rua está regulamentada pela Lei nº 11.343/2006, que trata do acesso prioritário aos serviços de acolhimento institucional.
- b) O Decreto nº 7.053/2009 instituiu oficialmente a Política Nacional para a População em Situação de Rua, adotando como diretriz central a institucionalização compulsória para proteção social básica.
- c) A Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto nº 7.053/2009, adota o respeito à dignidade da pessoa humana e o atendimento humanizado como princípios norteadores da política.
- d) A Política Nacional para a População em Situação de Rua define como público-alvo exclusivo as pessoas maiores de 21 anos, em situação de vulnerabilidade econômica urbana.

51. A Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto nº 7.053/2009, tem como um de seus fundamentos:

- a) A institucionalização da pessoa em situação de rua, com foco na permanência prolongada nos serviços de acolhimento.
- b) A responsabilização individual pela condição de rua, com ênfase na meritocracia como meio de superação da pobreza extrema.
- c) A articulação intersetorial das políticas públicas, com enfoque nos direitos humanos, no respeito à dignidade e na cidadania.
- d) A ação policial orientada pela retirada compulsória de pessoas em situação de rua de locais públicos, priorizando a ordem urbana.

52. Entre os eixos estruturantes da Política Nacional para a População em Situação de Rua, não se inclui:

- a) Garantia de acesso à documentação civil básica e registro em cadastros sociais.
- b) Fomento à institucionalização em larga escala como política de contenção social.

c) Geração de trabalho e renda com estímulo à economia solidária.

d) Acesso à rede de serviços públicos de forma universal e igualitária.

53. De acordo com a legislação vigente, a aplicação da medida socioeducativa de internação deve obedecer, cumulativamente, a critérios legais. Nesse sentido, assinale a alternativa que representa uma hipótese legalmente prevista para aplicação da medida de internação.

- a) A reincidência em qualquer ato infracional, mesmo sem violência ou grave ameaça.
- b) A prática de ato infracional mediante violência ou grave ameaça à pessoa.
- c) O descumprimento injustificado de medida protetiva, independentemente do tipo de ato infracional.
- d) O envolvimento do adolescente com grupos de risco, ainda que não tenha praticado ato infracional.

54. A atuação dos profissionais de referência nos programas de execução de medidas socioeducativas em meio aberto, conforme o SINASE, deve respeitar determinadas diretrizes. Sobre isso, assinale a alternativa correta:

- a) O profissional responsável pelo acompanhamento da medida deve priorizar a avaliação do mérito infracional do adolescente, fornecendo relatórios para subsidiar nova sentença judicial.
- b) A atuação técnica deve buscar a internação do adolescente nos casos de reincidência, como estratégia de dissuasão e controle social.
- c) O foco do acompanhamento deve ser a responsabilização moral do adolescente por seus atos, promovendo práticas punitivas restaurativas baseadas na confissão.
- d) A atuação do técnico de referência deve ser orientada pela lógica protetiva e socioeducativa, com foco na construção de vínculos, elaboração do Plano de Atendimento Individual (PIA) e respeito à singularidade do adolescente.

55. O relatório social, como instrumento técnico-operativo do Serviço Social, deve:

- a) Limitar-se à descrição factual das situações, evitando juízos técnicos que possam influenciar decisões institucionais.
- b) Ser produzido exclusivamente para atender a demandas judiciais, não sendo usual em outras esferas de atuação.
- c) Traduzir uma análise crítica da realidade, com base em fundamentos teóricos, considerando mediações sociais e institucionais, sem se restringir à descrição do caso.
- d) Ser elaborado com base na opinião pessoal do assistente social, priorizando o senso comum como forma de facilitar a comunicação com o solicitante.

56. A entrevista social, enquanto instrumento no exercício profissional do Serviço Social, deve ser compreendida como:

- a) Um procedimento informal e espontâneo, que dispensa planejamento.
- b) Um momento de aplicação de perguntas padronizadas, de forma objetiva, evitando envolvimento entre as partes ou escuta qualificada.
- c) Um recurso utilizado exclusivamente na perícia social, não sendo adequado ao atendimento de rotina nos serviços socioassistenciais.
- d) Um espaço de diálogo, escuta e mediação, planejado tecnicamente, que respeita a singularidade do sujeito e os limites éticos da profissão.

57. De acordo com Fávero (2014), o/a _____ é um processo metodológico específico do serviço social, que objetiva conhecer a fundo e de forma crítica, as expressões da questão social em seus aspectos sociais, econômicos e culturais. A questão se refere ao/à:

- a) Estudo Social
- b) Entrevista social
- c) Perícia Social
- d) Relatório social

58. De acordo com o ECA, as medidas socioeducativas previstas para adolescentes autores de ato infracional incluem:

- a) Advertência, obrigação de reparar o dano, acolhimento institucional, internação provisória e liberdade assistida.
- b) Internação compulsória, privação total de liberdade, prestação pecuniária, liberdade assistida e semiliberdade.
- c) Advertência, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade, internação e obrigação de reparar o dano.
- d) Prestação de fiança, reparação moral, medida educativa compensatória e encaminhamento para internamento correcional.

59. Conforme Berberian (2015), a avaliação da negligência tende a incorporar um viés moralista. Esse viés se manifesta quando o profissional:

- a) aplica normas técnicas e metodológicas padronizadas para identificar riscos de negligência.
- b) utiliza o termo “negligência” como forma de culpabilizar a família, sem considerar os determinantes sociais.
- c) enfatiza aspectos estruturais (como desemprego e moradia) na caracterização da negligência.
- d) recorre a definições normativas do ECA e de guias técnicos para embasar seu parecer.

60. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ao incorporar a doutrina da proteção integral, rompe com concepções anteriores. Nesse sentido, assinale a alternativa correta:

- a) A proteção integral estabelece que crianças e adolescentes gozam de direitos fundamentais, devendo ser protegidos em situações de risco social, abandono, dentre outros.
 - b) A doutrina da proteção integral supera a doutrina da situação irregular, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, com prioridade absoluta na formulação e execução das políticas públicas.
 - c) A proteção integral limita-se às responsabilidades da família, sendo o Estado chamado a intervir apenas quando há omissão dos pais ou responsáveis legais.
 - d) A doutrina da proteção integral reafirma a concepção tutelar menorista de crianças e adolescentes.
-

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
